



## Envio: Simples

**Exmo(a) Sr(a)**

NORSAFE -SOC COMERCIAL DE EQUIP DE  
PROTECÇÃO INDIVIDUAL, LDA  
RUA DA QUINTÁ, 48  
4520-466 RIO MEÃO

Sua Referência	Sua comunicação de	Nossa Referência	Data	Nº Pág.
		S/OF/10098/2025/C-EFLE	18/2/2025	3

**Assunto: Ajuste Direto n.º PR2025426/86 - Convite para apresentação de proposta para aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria (1.º semestre) - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEFP, I.P.**

Exmo.(as) Srs.(as)

A entidade adjudicante Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. convida a V/ entidade a apresentar proposta no âmbito do Ajuste Direto n.º PR2025426/86, adotado para aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria (1.º semestre) - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEFP, I.P., nos termos identificados no Caderno de Encargos, em anexo.

O presente convite obedece ao disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, onde se informa que:

**1. Órgão que tomou a decisão de contratar:**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Senhora Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, exarada em 13-02-2025 na Proposta de Decisão de Contratar n.º 86, datada de 11-02-2025, no uso da subdelegação de competências do Senhor Delegado Regional do Centro, do IEFP, I.P., constante no despacho (extrato) n.º 10353/2018, publicado em Diário da República 2.ª série – n.º 215, de 8 de novembro de 2018, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que lhe foram sucessivamente introduzidas, designadamente pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que o republicou, e bem assim pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

**2. Objeto do procedimento:**

O presente ajuste direto tem por objeto o convite a uma única entidade para apresentação de proposta para aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria (1.º semestre) - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEFP, I.P., sendo adotado o procedimento por ajuste direto ao abrigo da regulamentação prevista nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

**3. Escolha do procedimento:**

A escolha do presente procedimento por ajuste direto a uma entidade, teve por base o critério do valor, conforme disposto na al. d) do n.º 1 do art.º 20º do CCP e o preceituado nos artigos 112.º e seguintes do CCP.

**4. Apresentação de proposta:**

A apresentação de proposta deverá ser formalizada através do seu envio em formato digital, para o endereço de correio eletrónico [compras.dc-fle@iefp.pt](mailto:compras.dc-fle@iefp.pt), com o assunto “Ajuste Direto n.º PR2025426/86”.



5. Prazo de entrega de proposta:

5.1. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deve ser apresentada até às 23h59 do dia 21-02-2025, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

5.2. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser entregues exclusivamente através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até à data e hora definidas no número anterior.

5.3. O Concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção de propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que disponha, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número 5.1.

6. Assinatura eletrónica

6.1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6.2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.

6.3. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão de registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

7. Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento:

7.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a lista de erros e omissões, devem ser apresentados através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59 do dia 19-02-2025;

7.2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, pelo Serviço, até às 23h59 do dia 20-02-2025, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

8. Proposta:

8.1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

8.2. Na proposta o concorrente deve indicar:

- a) Referência do procedimento;
- b) Nome do concorrente;
- c) Prazo de validade da proposta;
- d) Condições de pagamento;
- e) Preço unitário e preço global;
- f) Prazo de entrega;
- g) Data e assinaturas

8.3. A proposta é acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Declaração nos termos do Anexo I ao presente convite;

8.4. Na proposta, o concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para apreciação das mesmas.

8.5. A proposta é redigida obrigatoriamente em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

8.6. Os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art.º 60.º do CCP.

8.7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.

8.8. O concorrente poderá ainda apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.

8.9. Propostas variantes: não admitidas.

9. O prazo de obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias.

10. A proposta apresentada não será objeto de negociação.

11. Caução

Não é exigível a prestação de caução.

12. Documentos de Habilitação:

12.1. Os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário, nos termos do art.º 81º do CCP, deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, nomeadamente:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Convite e do qual faz parte integrante e a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.



b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP, na redação vigente:

- i. Certidão comprovativa da situação contributiva, emitida pela Segurança Social;
- ii. Certidão comprovativa da situação tributária, emitida pela Autoridade Tributária;
- iii. Certificado do Registo Criminal dos titulares dos Órgãos de Administração, de Direção ou Gerência;
- iv. Certificado do Registo Criminal da Pessoa Coletiva.

c) Apresentação/indicação dos elementos do documento de identificação (Cartão de Cidadão) do(s) representante(s) do Segundo Outorgante e respetivas moradas.

12.2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

12.3. Caso se verifiquem irregularidades nos documentos referidos nos números anteriores, que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do art.º 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

12.4. Quando, em resultado da audiência prévia prevista na alínea anterior, se verificar o previsto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP, será concedido ao adjudicatário um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

### 13. Caderno de Encargos:

A aquisição dos bens objeto do presente procedimento, obedece ao Caderno de Encargos, em anexo III ao presente convite.

### 14. Publicitação:

A celebração do presente contrato, independentemente da sua redução a escrito, será alvo de publicitação no Portal da Internet dedicado aos Contratos Públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) no cumprimento do disposto no art.º 127.º do CCP.

### 15. Prazos:

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

### 16. Direito aplicável:

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite a aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação aplicável.

Atentamente,

A Diretora Adjunta do Centro  
C-EFLE

Paula Cristina Gonçalves

Em anexo:

- Anexo I – Modelo de Declaração
- Anexo II – Modelo de Declaração
- Anexo III – Caderno de Encargos